

**PREGÃO ELETRÔNICO****90001/2026****CONTRATANTE (UASG):****102319 – FCAV/UNESP – Campus de Jaboticabal****OBJETO:**

**Registro de Preço para aquisição futura e eventual de insumos destinados a alimentação e bem-estar dos animais sob tratamento médico veterinário no Hospital Veterinário "Governador Laudo Natel" e demais animais pertencentes ao rebanho didático e experimental dos Setores da FCAV/Unesp – Câmpus de Jaboticabal e outras beneficiárias**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:****R\$ 2.029.871,23****DATA DA SESSÃO PÚBLICA:****Dia 31/03/2026 às 9 h (horário de Brasília)****CRITÉRIO DE JULGAMENTO:****MENOR PREÇO POR ITEM****MODO DE DISPUTA:****ABERTO****PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:****SIM**

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	13
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	15
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	16
11. DOS RECURSOS .....	17
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	17
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	20
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	21

FCAV/UNESP – CAMPUS DE JABOTICABAL  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026-FCAV  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/2026-FCAV

Torna-se público que a **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA Júlio de Mesquita Filho**, por meio da **FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E VETERINÁRIAS – Campus de Jaboticabal**, sediada na Via de Acesso Prof. Paulo Donato Castellane, s/n, CEP 14884-900, Jaboticabal-SP, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é o **Registro de Preço para aquisição futura e eventual de insumos destinados a alimentação e bem-estar dos animais sob tratamento médico veterinário no Hospital Veterinário "Governador Laudo Natel" e demais animais pertencentes ao rebanho didático e experimental dos Setores da FCAV/Unesp – Câmpus de Jaboticabal**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 2.1. *Trata-se de licitação para registro de preços, em que as regras referentes aos órgãos ou entidades gerenciadores(s), bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços apresentada como Anexo deste Edital.*

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.
- 3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:
- 3.5.1. *Para os itens 1, 2, 5, 6, 9, 12 e 13, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 3.5.1.1. *O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*
- 3.5.2. *Para os itens 3, 4, 7, 8, 10 e 11, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);
- 3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

- 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 2.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o *preço* até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



- 4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.
  - 4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.5.
  - 4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo "não", por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
  - 4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
  - 4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.
  - 4.4.6. *O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).*
- 4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 a 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 5.1.1. *Valor Unitário e Total do Item*
  - 5.1.2. *Marca;*
  - 5.1.3. *Fabricante;*
  - 5.1.4. *Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.*
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
  - 5.2.1. *Nesta licitação para registro de preços, o licitante **não** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.*
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
  - 5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123,

de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

- 5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de *percentuais* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **1,0 % (um por cento)**.



- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*
- 6.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*
- 6.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*
- 6.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.*
- 6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*
- 6.11.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. *Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.*
- 6.18.1. *Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.*

- 6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).
- 6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na, conforme regulamento;
- 6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
- 6.20.2.2. empresas brasileiras;
- 6.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.20.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes

- 6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *acima do preço máximo* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.21.1. Nesta licitação para registro de preços, não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de realização ou entrega, tamanho do lote ou qualquer outro motivo;
- 6.21.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração;
- 6.21.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.21.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.21.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.21.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.
- 6.22. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. Sicaf;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- 7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- 7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

**7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.**

- 7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023)
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.5 deste Edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
- 7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. conter vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 7.8. *Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*



- 7.8.1. *A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:*
- 7.8.1.1. *que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e*
- 7.8.1.2. *inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.*
- 7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.
- 8.1.2. *Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação*
- 8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio no item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.1.3.1. *Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.*
- 8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



- 8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
  - 8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
  - 8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
  - 8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
  - 8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

- 8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.
- 8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.
- 8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.5.
  - 8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.
- 8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
  - 9.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
    - a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
    - b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
  - 9.1.2. A ata de registro de preços será assinada com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável, e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes na documentação que integra este Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

- 9.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste item 9, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no item 10 deste Edital.

## 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
  - a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
  - b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 10.2. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
  - 10.2.1. A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma da alínea "a" do subitem anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
  - 10.2.2. Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
  - a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou
  - b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no item 9 da Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo.
- 10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra este Edital, poderá:
  - a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
  - b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observados o disposto neste item 10 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**11. DOS RECURSOS**

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**;
  - 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio eletrônico para *solicitação e recebimento por e-mail*: [compras.fcav@unesp.br](mailto:compras.fcav@unesp.br).

**12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou o Contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
  - 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
  - 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
  - 12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
    - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

- 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação *ou ata de registro de preços* no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 12.2.1. advertência;
  - 12.2.2. multa;
  - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
  - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. *A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento como Anexo, e aplicada após regular processo administrativo.*
  - 12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.



- 12.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação *ou a ata de registro de preços* no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- 12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de

2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

- 12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.
- 12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.21. *Tratando-se de licitação para registro de preços:*
- 12.21.1. *Será da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.*
- 12.21.2. *Será da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.*
- 12.21.3. *O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências descritas no subitem anterior.*

### 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail: [compras.fcav@unesp.br](mailto:compras.fcav@unesp.br).
- 13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.
- 13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

- 13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no [Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP](#) e no [Portal de Licitações da Unesp](#), sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.
- 13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.
- 13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

#### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.
- 14.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 14.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.6. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.7. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.
- 14.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.10. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 14.10.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

- 14.10.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.11. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
- 14.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no *sítio eletrônico* <https://ape.unesp.br/licitacao>.
- 14.13. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Jaboticabal – Estado de São Paulo.
- 14.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 14.14.1. ANEXO I – Termo de Referência;
  - 14.14.2. ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar;
  - 14.14.3. ANEXO II – Minuta da Nota de empenho
  - 14.14.4. ANEXO III – Cópia do ato normativo de sanções aplicáveis - Portaria UNESP n. 135, de 20 de dezembro de 2023;
  - 14.14.5. ANEXO IV – Modelo de Planilha de Proposta;
  - 14.14.6. ANEXO V – Planilha orçamentária;
  - 14.14.7. ANEXO VI – Minuta da Ata de Registro de Preços

Jaboticabal, 17 de março de 2026

**RONALDO MARCOS VALÉRIO**  
Diretor Técnico Administrativo  
Subscritor do Edital

ESP-UNESP-FAC CIENCIAS AGR E VETER.-C.JABOTIC

Termo de Referência 65/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
65/2025	102319-ESP-UNESP-FAC CIENCIAS AGR E VETER.-C. JABOTIC	MARIA LUISA ALVES DE OLIVEIRA	13/03/2026 15:14 (v 0.11)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		24/2026-FCAV

1. Definição do objeto

1.1. Registro de Preço para aquisição futura e eventual de **SAL MINERAL, NÚCLEO PROTEÍCO, FARELO DE SOJA E DE TRIGO, RAÇÃO, POLPA CÍTRICA, FENO E MARAVALHA** para uso na alimentação e bem estar dos animais pertencentes à esta Universidade e também dos animais em tratamento médico veterinário internados no Hospital Veterinário "Governador Laudo Natel", Setores da FCAV /Unesp – Câmpus de Jaboticabal e demais beneficiárias, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE MEDIDA	QUANT. TOTAL (12 MESES)	VLR UNIT.	VLR TOTAL
01	<b>SAL MINERAL PARA BOVINOS</b> <b>Especificação Técnica:</b> Sal Mineral para Bovinos Elaborado com: Cálcio (mín) 180g/kg (18%), Cálcio (máx) 220g/kg (22%), Fósforo (mín) 80g/kg (8%), Sódio (mín) 100g/kg, Magnésio (mín) 10g/kg, Enxofre (mín) 12g/kg, Cobre (mín) 1145mg/kg, Iodo (mín) 57mg/kg, Manganês (mín) 1145mg/kg, Selênio (mín) 22mg/kg, Cobalto (mín) 50mg/kg, Zinco (mín) 3437mg/kg, Flúor (máx) 800mg/kg. <b>EMBALADO EM SACOS DE 25 KG / 30KG</b>	472414	SACO 25 KG	500	156,40	78.200,00
02	<b>RACAO PARA EQUINOS PELETIZADA</b> <b>Especificação Técnica:</b> Ração para Equinos; Elaborado Com Ração Granulada para Equino, Enriquecimento Por Quilograma do Produto: Selênio-0,5mg; Iodo-1,08mg; Com Proporção de Cobalto-0,18mg; Enxofre-3,9g; Sódio-2,3g; Manganês-1,8mg; Zinco-63mg; Cobre-13,5 mg; Níveis de Vitamina A-6000 Ui/kg; Vitamina D3-1200ui/kg; Vitamina E-16,5mg; Aditivo Antioxidante-60,58mg; Constituído de Niacina-4,5 mg; Ácido Pantotênico-1,8mg; Riboflavina-96% 1,8mg; Vitamina B12 Mcg. Umindade(máx.)13,0%; Acrescida de ;proteína Bruta(mín.) 12,0%; Extrato de Etério(mín.) 1,3%; Matéria Fibrosa(máx.) 15,0%; Materia Mineral (máx.) 22,0%; Cálcio (máx.) 2,0%;fósforo (mín.) 0,3%; Limite de Tolerancia Ausência de Sujidades, Mofo, Fermentações,	628063	SACO 40 KG	400	143,21	57.284,00



	Parasitas, Larvas e Elementos Estranhos Ao Produto; Embalagem: Acondicionada de Forma Adequada; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Portaria 108 Mapa de 04.09.91 e Decreto 76.986 de 06.01.76; <b>EMBALADO EM SACOS 40 KG</b>					
03	<b>SAL MINERALIZADO EQUINOS</b> <b>Especificação Técnica:</b> Sal Mineralizado; Composto de para <b>Equinos</b> , Cálcio (mín) 160g/kg (16%), Cálcio (máx) 180g/kg (18%), Fósforo (mín) 80g/kg (8%), Sódio (mín) 120g/kg, Magnésio (mín) 1250mg/kg, Cobre (mín) 1250mg/kg, Ferro (mín) 3500mg/kg, Iodo (mín) 65mg/kg, Manganês (mín) 1250mg/kg, Selênio (mín) 20mg/kg, Cobalto (mín) 13mg/kg, Zinco (mín) 3500mg/kg. <b>EMBALADO EM SACOS 25 / 30 KG</b>	420915	SACO 25 KG	450	192,90	86.805,00
04	<b>FARELO DE SOJA</b> <b>Especificação Técnica:</b> Farelo de Soja; para Alimentação Animal, Proteínas Bruta Min. 46%, umidade Máxima 12%; Extrato Estéreo Min 1%, Fibra Bruta Max. 6%; <b>EMBALADO EM SACOS 50 KG;</b>	232080	SACO 50 KG	1200	162,00	194.400,00
05	<b>FARELO DE TRIGO</b> <b>Especificação Técnica:</b> Farelo de Trigo para Animais; Utilizado Como Componente de Ração Animal; Com Mínimo de 14% de Proteína Bruta; <b>EMBALADO EM SACOS 40 KG</b> , Contendo Data de Fabricação e Prazo de Validade Mínimo de 3 Meses.	293606	SACO 40 KG	500	87,60	43.800,00
06	<b>NÚCLEO MINERAL CAPRINO</b> <b>Especificação Técnica:</b> Cálcio (Máx.) 140.00 g/kg Cálcio (Mín.) 130.00 g/kg Fósforo (Mín.) 60.00 g/kg, Enxofre (Mín.) 5000.00 mg /kg Sódio (Mín.) 136.00 g/kg Cobalto (Mín.) 90.00 mg/kg Cobre (Mín.) 100.00 mg/kg Colina (Mín.) 1200.00 mg/kg Cromo orgânico (Mín.) 1.51 mg/kg Flúor (Máx.) 600.00 mg/kg Iodo (Mín.) 180.00 mg/kg Manganês (Mín.) 400.00 mg/kg Selênio (Mín.) 13.00 mg/kg Zinco (Mín.) 3000.00 mg/kg Zinco orgânico (Mín.) 31.50 mg/kg Lisina (Mín.) 45.00 mg/kg Metionina (Mín.) 3.00 mg/kg Tirosina (Mín.) 9.00 mg/kg Ácido Linoleico (Mín.) 60.39 mg/kg Ácido Oleico (Mín.) 51.24 mg /kg Mananoligossacarídeos (Mín.) 1260.00 mg/kg Ômega 3 (Mín.) 8.86 mg/kg Ômega 6 (Mín.) 60.39 mg/kg Ômega 9 (Mín.) 56.40 mg/kg <b>Saccharomyces cerevisiae (Mín.) 3.00 x 10E9 ufc/kg</b> Ácido fumárico (Mín.) 2000.00 mg/kg. <b>EMBALADO EM SACOS 25 KG / 30 KG</b>  <b>MARCA REFERÊNCIA: PREMIX - Premiphós Ovinos e Caprinos Fator P</b>	605896	KG	500	6,26	3.130,00
07	<b>NÚCLEO MINERAL BOVINO</b> <b>Especificação Técnica:</b> Cálcio (Máx.) 220.00 g/kg Cálcio (Mín.) 170.00 g/kg Fósforo (Mín.) 42.00 g/kg Cloro (Mín.) 40.00 g /kg Enxofre (Mín.) 20.00 g/kg Magnésio (Mín.) 40.00 g/kg Sódio (Mín.) 80.00 g/kg Biotina (Mín.) 36.00 mg/kg Cobalto (Mín.) 90.00 mg /kg Cobre (Mín.) 500.00 mg/kg Colina (Mín.) 720.00 mg/kg Cromo orgânico (Mín.) 10.00 mg/kg Iodo (Mín.) 70.00 mg/kg Manganês (Mín.) 1200.00 mg/kg Selênio (Mín.) 20.00 mg/kg Zinco (Mín.) 2850.00 mg/kg Zinco orgânico (Mín.) 450.00 mg/kg Vitamina A (Mín.) 200000.00 ui/kg vitamina D (Mín.) 50000.00 ui/kg Vitamina E (Mín.) 1700.00 ui/kg Lisina (Mín.) 300.00 mg/kg Metionina (Mín.) 7.00 mg/kg Tirosina (Mín.) 18.00 mg/kg Ácido Linoleico (Mín.) 36.23 mg/kg Ácido Oleico (Mín.) 30.70 mg/kg Adsorvente de micotoxinas (Mín.) 22.00 g/kg Aluminossilicato de Cálcio e Sódio (Mín.) 12.00 g/kg Beta glucanos (Mín.) 3000.00 mg/kg Glucomanos (Mín.) 4200.00 mg/kg Mananoligossacarídeos (Mín.) 1308.00 mg/kg Ômega 3 (Mín.) 5.30 mg /kg Ômega 6 (Mín.) 36.20 mg/kg Ômega 9 (Mín.) 33.84 mg/kg <b>Saccharomyces cerevisiae (Mín.) 1.22 x 10E11 ufc/kg</b> Tamponante (Mín.) 265.00 g/kg Monensina sódica (Mín.) 582.00 mg/kg.	605895	SACO 30 KG	3400	163,45	555.730,00
	<b>SUPLEMENTO VITAMÍNICO E MINERAL; NÚCLEO PARA RAÇÃO DE EQUINO</b>					

08	<b>Especificação Técnica:</b> Calcio (min) 180 G/kg; Fosforo (min) 40 G; Cobre (min) 100 G; Ferro (min) 900 Mg; Iodo (min) 30 Mg/kg; Manganês (min) 450 Mg/kg; Selenio (min) 10 Mg/kg; Sódio (min) 70 G/kg; Zinco (min) 1000 Mg/kg; Niacina (min) 300 Mg/kg; Biotina (min) 10 Mg/kg; Vitamina B1 (min) 300 Mg/kg; Vitamina a (min) 100.000 Ui/kg; Vitamina D3 (min) 10.000 Ui/kg; Vitamina e (min) 140 Ui/kg; Vitamina B12 (min) 200 Ui/kg; Vitamina B2 (min) 130 Ui/kg; Vitamina B6 (min) 80 Ui/kg; <b>EMBALADO EM SACOS 30 KG</b>	467067	Saco 30 kg	480	285,67	137.121,60
09	<b>POLPA CITRICA PELETIZADA</b> <b>Especificação Técnica:</b> Polpa Citrica para Animais; Utilizada Como Alimentação de Bovinos, Peletizada; Com 6%(min) Pb, 2,5% (min) Extrato Eterio, 30%(max) Fdn, 13%(max) Umidade, 67%(min) Ndt; <b>EMBALADO EM SACOS 30 - 50KG</b>	458111	KG	26000	2,42	62.920,00
10	<b>FENO PARA ANIMAIS, CAPIM TIFTON 85, ESVERDEADO, TEMPERATURA MENOR OU IGUAL A DO AMBIENTE</b>  <b>Especificação Técnica:</b> Feno para Animais; de Gramínea Tifton 85, Com Quantidade de Folhas Superior a de Caules, Coloracao Esverdeada; Na Apresentação Forragem Colhida Com Intervalo Entre Cortes de No Máximo 35 Dias; Livre de Mofo, Toxinas e Contaminantes; Não Deve Conter Substancias Estranhas; Como Ervas Daninhas, plantas Toxicas Ou Terra, de Cheiro Agradável, Com Umidade e Temperatura Menor Ou Igual a do Ambiente; Teor de Proteína Bruta Minimo Nao Inferior a 12%, teor de Ms Minimo Nao Inferior a 82%; <b>Embalado Em Fardo com no mínimo 10kg;</b> e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Portaria Maara 301 de 19 /04/96, Res Saa 10 de 19/04/02;  <b>Obs.: O material entregue será utilizado para alimentação de animais em tratamento veterinário, portanto, devem possuir a umidade conforme solicitado na especificação</b>	453421	KG	145000	3,59	520.550,00
11	<b>MARAVALHA, PINUS ESPECIAL, OBTIDA DE MADEIRA INODORA - ( Mínimo de 1 mm e Máximo de 1,5 mm - animal grande porte)</b>  <b>Especificação Técnica:</b> Maravalha; de Pinus Especial, Obtida de Madeira Inodora; Na Na Cor Marfim; Em Lasca de Madeira Com Espessura de No Mínimo de 1mm; Que Não Tenha Sofrido Prévio Tratamento Químico, Sem Contaminação e Não Sendo Oriunda de Carpintaria; para Forragem de Baías para Animais de Grande Porte; <b>Embalada Em Fardos; Contendo Entre 18 a 20 Quilo</b> e de Acordo Com a Portaria Maara 301, 19/04/96 e Res. Saa 10, 19/04/02;	333519	KG	50000	5,24	262.000,00
12	<b>MARAVALHA, PINUS ESPECIAL, OBTIDA DE MADEIRA INODORA (0,5 mm – animal pequeno porte)</b>  <b>Especificação Técnica:</b> Maravalha; de Pinus Especial, Obtida de Madeira Inodora; Na Cor Marfim; Em Lasca de Madeira Com Espessura de <b>No Máximo de 0,5mm;</b> Peneirada Estéril, Macia, Seca, Livre de Pó de Serragens; Que Não Tenha Sofrido Prévio Tratamento Químico, Sem Contaminação e Não Sendo Oriunda de Carpintaria, marcenarias, madeireiras; para Forragem de caixas de Animais de Laboratório (ratos e camundongos); Produto Esterilizado; <b>Embalada em Sacos de Rafia; Duplamente Lacrado, contendo 5 quilos cada</b> e de Acordo Com a Portaria Maara 301 ,19/04/96 e Res. Saa 10,19/04/02;  <b>EMBALAGEM: SACO/FARDO 5KG</b>	256915	SACO 5 KG	375	52,08	19.530,00
	<b>RAÇÃO PELETIZADA PARA COELHOS</b>  Especificação técnica: ração peletizada para coelhos. Níveis de garantia: Umidade (máx) 120g/kg (12%), Proteína Bruta (mín) 130g/kg					

13	(13%), Extrato Etéreo (mín) 30g/kg (3%), Matéria Fibrosa (máx) 180g/kg (18%), Fibra Detergente Ácido – FDA (máx) 243g/kg (24.3%), Matéria Mineral (máx) 130g/kg (13%), Cálcio (mín) 10g/kg (1%), Cálcio (máx) 25g/kg (2.5%), Fósforo (mín) 5000mg/kg (0.5%), Vitamina A (mín) 6400UI/kg, Vitamina D3 (mín) 1400UI/kg, Vitamina E (mín) 24UI/kg, Vitamina K3 (mín) 2.4mg/kg, Vitamina B1 (mín) 1mg/kg, Vitamina B2 (mín) 3.2mg/kg, Vitamina B3 (mín) 28mg/kg, Vitamina B5 (mín) 15mg/kg, Vitamina B6 (mín) 1.6mg/kg, Vitamina H (Vitamina B7, Biotina) (mín) 0.1mg/kg, Vitamina B9 (mín) 1mg/kg, Vitamina B12 (mín) 16mcg/kg, Cobre (mín) 3mg/kg, Ferro (mín) 40mg/kg, Iodo (mín) 0.4mg/kg, Manganês (mín) 50mg/kg, Selênio (mín) 0.3mg/kg, Zinco (mín) 20mg/kg.  <b>EMBALAGEM: SACO 20 KG</b>  <b>MARCA REFERÊNCIA: SUPRA COELHO AGRO PELETIZADA</b>	228089	SACO 20 kg	109	77,07	8.400,63
----	--	--------	------------	-----	-------	----------

Quantitativo estimado por unidade participante:

ITEM	FCAV/JAB	FMVZ/BOT	TOTAL
1	300	200	500
2	400	0	400
3	300	150	450
4	1000	200	1200
5	300	200	500
6	500	0	500
7	400	3000	3400
8	480	0	480
9	16000	10.000	26000
10	120000	25000	145000
11	50000	0	50000
12	325	50	375
13	109	0	109

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. Será solicitado ao licitante vencedor da etapa de lances o envio de catálogo, laudos, ficha técnica e/ou link do fabricante juntamente da proposta atualizada para análise do atendimento das características do item ofertado, conforme detalhamento constante no item 4 - Requisitos da Contratação

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.5. Cada contratação decorrente da ata de registro terá vigência de 60 (sessenta) dias, contados a partir do dia útil seguinte ao envio da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, de modo a contemplar o prazo de entrega (15 dias), eventuais prorrogações justificadas e o processamento do pagamento.

1.5.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

1.5.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

1.5.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

1.5.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.3. Não obstante o prazo estipulado na subdivisão anterior, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

1.6. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 02/03/2026.

1.7. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPC-FIPE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.7.1. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.7.1.1. Caso seja(m) realizado(s) reajuste(s) dos preços da ata, somente caberá reajuste dos preços de eventual contratação dela decorrente se for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajuste dos preços da ata anterior à celebração da contratação.

1.7.2. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o (s) índice(s) definitivo(s).

1.7.3. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.7.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo ao instrumento da contratação.

1.7.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

1.8. É obrigação do Contratante responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.8.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

## Unidades participantes

1.9. O órgão ou entidade gerenciadora será **FCAV/UNESP – Campus de Jaboticabal (UASG 102319)**.

1.10. Além do órgão ou entidade gerenciadora, são entidades participantes do registro de preços:

1.10.1. *FMVZ – Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia – UNESP – Câmpus de Botucatu (UASG 102312), Rua Prof. Dr. Walter Maurício Correa, s/nº, Distrito de Rubião Junior, Botucatu/SP, CEP 18.618-681, CNPJ nº 48.031.918/0020-97.*

## Subcontratação

1.9. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## 2. Fundamentação da contratação

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 48031918000124-0-000049/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 30/06/2025 (Atualizado 13/02/2026)
- III) Id do item no PCA: 42 - 45 (inicial); 346 - 351 (Atualizado)
- IV) Classe/Grupo: 8710 - FORRAGENS E ALIMENTOS; 5510 - TÁBUAS E CORRELATOS DE MADEIRA;
- V) Identificador da Futura Contratação: 102319-57/2026

2.3. Solicitações iniciais constantes do PCA 2026: DFD 208/2025 - Colégio Técnico Agrícola; 222/2025 - Departamento de Zootecnia;

2.4. As seguintes solicitações para atendimento das demandas do HVGLNatel/Unesp Câmpus de Jaboticabal, abrangendo a necessidade de diversos setores da Unidade constaram do PCA 2025, contratação 29, 32 e 48/2025 e foram atualizadas no PCA 2026 após devida justificativa e aprovação da Autoridade Competente: Maravalha ou Cavaco de Madeira - DFD 108/24; Feno - DFD 107/24; Sal Mineral e Núcleo Proteico - DFD 88/24, passando a corresponder à DFD 222/2025;

## 3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. Requisitos da contratação

### Sustentabilidade

4.1. Os fornecedores deverão adotar práticas de sustentabilidade corporativa compatíveis com o objeto contratado, tais como políticas de gestão de resíduos, logística reversa e transporte sustentável, descarte ambientalmente adequado de materiais ou certificações ambientais (ex.: ISO 14001 ou equivalentes). A comprovação dessas práticas poderá ser apresentada mediante documentos institucionais, relatórios de gestão ambiental, certificados ou declaração formal da empresa, quando solicitada pela Administração.

### Aceitabilidade da proposta

4.2. As propostas vencedoras deverão estar acompanhadas das seguintes documentações:

4.2.1. Catálogo e/ou ficha técnica contendo a descrição do objeto com a indicação da marca, fabricante, procedência, apresentação /embalagem comercial, prazo de validade do produto cotado e número do registro, cadastro ou isenção no Ministério da Agricultura, para que a equipe técnica possa analisar e verificar as especificações do produto ofertado;

4.2.2. Para o item Maravalha, o licitante detentor da melhor proposta deverá apresentar catálogo, ficha técnica ou declaração do fabricante que comprove a espécie da madeira, a inexistência de tratamentos químicos preservativos e o respectivo Certificado de Origem Sustentável (FSC ou equivalente).

4.3. Os materiais cotados devem atender às normas de qualidade, segurança e sustentabilidade estabelecidas por órgãos reguladores.

4.4. Os materiais a serem entregues deverão estar em embalagens originais, fechadas e não danificadas, comprovando a integridade do produto.

### Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.5. Eventuais referências a marcas ou modelos constantes na descrição de determinados itens têm caráter meramente descritivo, conforme previsto na legislação, com o objetivo de complementar as especificações técnicas e facilitar a identificação do objeto.

4.5.1. Item 13 - Será aceita a marca SUPRA COELHO AGRO indicada como referência devido a seguintes justificativa indicada pelo requisitante e responsável pelo Setor: A ração utilizada no setor de Cunicultura é a da marca Supra Coelho Agro, com excelente relação custo/benefício. Trabalhando com outras marcas comerciais, inclusive da ADM, obtive vários problemas como diminuição do consumo pelos animais (pouca aceitabilidade), bem como, diarreia. Ao trocarmos pela ração da Supra todos esses incidentes foram prontamente resolvidos.



4.6. Será admitido o fornecimento de produtos de outras marcas, com exceção do item 13, desde que sejam enviadas as fichas técnicas devidamente acompanhadas de laudo laboratorial recente, de até 3 meses anteriores à data de publicação do instrumento convocatório, comprovando que o produto ofertado atende às especificações técnicas exigidas.

#### **Garantia da contratação**

4.7 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. Modelo de execução do objeto**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. Os bens deverão ser entregues e descarregados por conta do fornecedor nos seguintes endereços, em local e horário indicado pela administração ou constante na Solicitação de Empenho da Unidade:

FCAV/UNESP - Câmpus de Jaboticabal (UASG 102319)

Via de Acesso Prof Paulo Donato Castellane, s/n, CEP 14884-900, Jaboticabal/SP, Setor de almoxarifado ou às suas ordens, telefone (16) 3209-7136; Endereço Eletrônico: [almoxarifado.fcav@unesp.br](mailto:almoxarifado.fcav@unesp.br), SEGUNDA À SEXTA-FEIRA das 8h às 11h e das 13h30 às 16h30.

FMVZ – Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia – UNESP - Campus de Botucatu (UASG 102312)

Endereço: Rua Professor Doutor Walter Mauricio Correa, s/nº, Botucatu/SP - CEP 18618-681. Tel: (14) 3880-2243

Endereço eletrônico: [materiais.fmvz@unesp.br](mailto:materiais.fmvz@unesp.br)

5.3. Todos os produtos solicitados deverão ser de PRIMEIRA QUALIDADE E ATENDER DE FORMA DIRETA AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ITENS DESCRITOS NO EDITAL.

5.3.1. Os produtos devem estar acondicionados em suas embalagens originais, com rotulagem impressa contendo identificação completa, incluindo data de fabricação, lote, validade e registro no órgão competente, quando for o caso, de acordo com a legislação vigente..

5.3.1.1. IMPORTANTE: Os materiais/equipamentos a serem entregues, quando da contratação, deverão corresponder às especificações da proposta, em total consonância com o edital, no que tange às suas características e padrão de qualidade, sob pena de rescisão contratual e penalidades cabíveis, sendo facultado à esta Administração exigir documentos e laudos que comprovem esta qualidade durante a vigência do mesmo.

5.4. Substituir o material que apresentar defeito em até 05 (CINCO) DIAS, por outro de igual modelo, ou superior, mantendo, no mínimo, as mesmas características dos bens originalmente fornecidos, mediante aprovação prévia da CONTRATANTE e com os custos por conta da CONTRATADA .

5.5. Para os itens perecíveis, o prazo de validade na data da entrega **não poderá ser inferior a 75% do prazo total recomendado pelo fabricante.**

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## **6. Modelo de gestão do contrato**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação), o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

### **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **05 (cinco) dias úteis**.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal /Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

#### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

#### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma ELETRÔNICA, utilizando o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO**, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado, após emissão da Nota de Empenho, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, seguindo prazos e características deste Termo de Referência.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

### Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.11. **Agricultor familiar:** Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do art. 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023;

8.12. **Produtor Rural pessoa física:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022 (arts. 15 a 17 e 146);

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. *O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.*

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

### **Qualificação Técnica**

8.24. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.24.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.24.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual, telefone e e-mail da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **Outras comprovações**

8.25. Tratando-se de consórcio:

8.25.1. *Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:*

*a) Designação do consórcio e sua composição;*

*b) Finalidade do consórcio;*

*c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;*

*d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;*

*e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;*

*f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;*

*g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;*

*h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea "c" desta subdivisão.*

8.25.2. *O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.*

8.25.3. *Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.*

8.25.4. *A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.*

8.26. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021:



- 8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.26.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 8.26.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;
- 8.26.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 8.26.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- 8.26.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

*[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.]*

**Valor (R\$):** 2.029.871,23

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 2.029.871,23 (dois milhões, vinte e nove mil, oitocentos e setenta e um reais e vinte e três centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023 e consta do Anexo referente à Planilha Orçamentária.

## 10. Adequação orçamentária

10.1. A presente licitação compatibiliza-se com as leis orçamentárias, sendo que a indicação da dotação orçamentária somente será exigida para a formalização de contratação decorrente do sistema de registro de preços.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARIA LUISA ALVES DE OLIVEIRA**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/03/2026 às 13:56:09.

**PAOLA CASTRO MORAES**

Supervisora HV



*Assinou eletronicamente em 13/03/2026 às 15:14:43.*

**BRUNO BIAGIOLI**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 12/03/2026 às 14:45:54.*

**MARCOS JUINTHI KOBÁ MORISE**

Solicitante



*Assinou eletronicamente em 12/03/2026 às 09:30:09.*

**HEITOR ZEVIANI CRUZ**

Supervisor da STM / Equipe de Apoio



*Assinou eletronicamente em 12/03/2026 às 09:27:10.*

## ESP-UNESP-FAC CIENCIAS AGR E VETER.-C.JABOTIC

# Estudo Técnico Preliminar 32/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 024/2026

## 2. Descrição da necessidade

**2.1. Alimentação e Bem Estar Animal:** A necessidade principal a ser abordada no presente estudo é garantir alimentação e bem estar adequado aos animais de grande porte internados para tratamento médico veterinário, no Hospital Veterinário "Governador Laudo Natel" da FCAV/Unesp – Câmpus de Jaboticabal e dos demais rebanhos e animais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" FCAV/Unesp - Câmpus de Jaboticabal, em especial, Departamento de Zootecnia e Colégio Técnico Agrícola.

**2.2.** Oferecer uma dieta variada e balanceada, incluindo **sal mineral, núcleo proteico, farelo de soja e de trigo, ração e polpa cítrica**, para animais de grande porte (como bovinos, equinos, etc.) é fundamental para garantir sua saúde, produtividade e bem-estar. Cada um desses componentes desempenha um papel específico e complementar na nutrição.

**2.3. O sal mineral para bovinos** é crucial para corrigir as deficiências de macro e microminerais presentes na pastagem ou nos alimentos volumosos, pois as pastagens frequentemente não fornecem todos os minerais necessários em quantidades adequadas, além de auxiliar também no tratamento médico veterinário, pois o animal precisa dos minerais para o seu bem estar.

### Funções e Benefícios:

- **Correção de Deficiências:** Suplementa minerais essenciais como cálcio, fósforo, sódio, cloro, enxofre, cobre, zinco, selênio, iodo, entre outros, que são vitais para diversas funções metabólicas.
- **Saúde e Imunidade:** Minerais atuam na formação de ossos e dentes, na função imunológica, na ativação de enzimas e hormônios, e na manutenção do equilíbrio ácido-básico e pressão osmótica.
- **Reprodução:** Contribui para o desenvolvimento do aparelho reprodutivo e a produção de material genético, impactando diretamente a fertilidade do rebanho.
- **Digestão:** Auxilia na digestão dos nutrientes, otimizando o aproveitamento do alimento.
- **Melhora da Produtividade:** Um rebanho bem mineralizado é mais resistente a doenças e apresenta melhor desempenho em termos de ganho de peso, produção de leite e carne.

**2.4.** A aquisição de **Ração Peletizada para Equinos** em tratamento veterinário e para o rebanho como um todo é uma excelente escolha, pois ela oferece várias vantagens importantes. O formato de pellet, ou peletizado, não é apenas prático, mas também garante uma nutrição mais eficiente e segura para os animais, especialmente quando estão doentes, pois:

- **Nutrição Completa e Equilibrada:** A principal vantagem é que cada pellet contém todos os nutrientes essenciais que o cavalo precisa: vitaminas, minerais, proteínas e energia. Isso evita que o cavalo selecione apenas os ingredientes mais saborosos (como o milho ou a aveia) e deixe de lado os minerais e vitaminas, o que é comum em rações fareladas. No caso de um cavalo doente, isso garante que ele receba a nutrição completa necessária para a recuperação.
- **Menor Desperdício:** A ração peletizada é mais pesada e compacta que a ração em farelo. Isso significa que ela não é facilmente espalhada ou soprada pelo vento, resultando em menos desperdício no cocho. Para o rebanho, isso representa uma economia significativa a longo prazo.
- **Maior Digestibilidade:** O processo de peletização, que envolve calor e pressão, quebra as fibras e o amido dos grãos, tornando-os mais fáceis de digerir. Um sistema digestivo mais eficiente é crucial para um cavalo em tratamento, pois ele precisa absorver o máximo de nutrientes possível para se recuperar.

- **Higiene e Segurança:** O calor do processo de peletização ajuda a reduzir o risco de contaminação por bactérias e fungos que podem estar presentes em grãos e outros ingredientes. Além disso, o formato uniforme dos pellets ajuda a prevenir problemas como a cólica causada por má mastigação, já que os cavalos são forçados a mastigar cada partícula de maneira mais uniforme.
- **Facilidade de Armazenamento e Manuseio:** A ração peletizada é mais densa e ocupa menos espaço do que a ração em farelo. Ela também é mais fácil de armazenar e de transportar. Essa praticidade é especialmente útil em grandes rebanhos, onde a gestão do estoque de ração é um fator importante.

2.5. O **Sal Mineral para Equinos** é um suplemento essencial para a saúde e o bem-estar dos equinos, e que mistura de sal mineral contém micronutrientes como cálcio, fósforo, magnésio, cobre, zinco, selênio e iodo. Esses minerais são fundamentais para diversas funções, como a formação de ossos e dentes fortes, o funcionamento adequado dos músculos e nervos, a produção de energia, a manutenção de um sistema imunológico saudável e a regulação de hormônios.

2.6. O **Farelo de Soja** é uma das melhores opções, tanto em termos de qualidade nutricional quanto de custo-benefício, eis abaixo os principais motivos para a sua aquisição:

- **Fonte de Proteína de Alta Qualidade:** O farelo de soja é conhecido por ter um perfil de aminoácidos muito bom, que são os blocos de construção das proteínas. Ele contém todos os **aminoácidos essenciais**, que os animais não conseguem produzir sozinhos. Isso é crucial para o crescimento, o desenvolvimento muscular, a recuperação de tecidos e a manutenção geral da saúde. Para cavalos, isso é especialmente importante para potros em crescimento, éguas lactantes, garanhões em reprodução e cavalos em treinamento intenso.
- **Economia:** Em comparação com outras fontes de proteína, o farelo de soja costuma ser uma opção mais **econômica e acessível** para formular rações. Isso ajuda a reduzir o custo da alimentação sem comprometer a qualidade nutricional.
- **Versatilidade:** O farelo de soja pode ser facilmente incorporado em diferentes tipos de rações e misturas, tanto para cavalos quanto para outros animais de produção. Sua forma permite que ele seja misturado com grãos, farelos e outros suplementos para criar uma dieta completa e balanceada.

2.7. O **Farelo de Trigo** é uma prática comum na nutrição animal, especialmente para bovinos e equinos, por ser um subproduto da moagem do trigo que oferece uma série de benefícios. Ele é uma alternativa nutricional versátil e, muitas vezes, mais econômica.

- **Excelente Fonte de Fibra:** O farelo de trigo é rico em fibra, o que é fundamental para a saúde digestiva dos animais, especialmente equinos. A fibra ajuda a manter o bom funcionamento do trato gastrointestinal, prevenindo problemas como cólica e diarreia.
- **Fonte de Energia e Proteína:** Embora seja mais conhecido pela sua fibra, o farelo de trigo também tem um bom teor de proteína e de energia (na forma de carboidratos). Isso o torna um ingrediente valioso para complementar a dieta de animais, fornecendo os nutrientes necessários para crescimento, manutenção e produção.
- **Custo-Benefício:** Quando o preço do milho ou de outras fontes de energia sobe, o farelo de trigo se torna uma alternativa econômica e de fácil acesso para a formulação de rações. Ele pode substituir parte desses ingredientes, ajudando a reduzir o custo da alimentação sem comprometer a nutrição.
- **Palatabilidade:** Em geral, os animais aceitam bem o farelo de trigo, o que o torna um ingrediente fácil de ser incluído em misturas de ração.
- **Alto Teor de Fósforo:** O farelo de trigo é naturalmente rico em fósforo, um mineral essencial para a saúde óssea e o metabolismo energético. No entanto, é importante balancear a dieta para evitar excesso de fósforo, que pode comprometer a absorção de cálcio.

2.8. O **Núcleo Mineral para Caprino** é essencial para garantir a saúde, o desenvolvimento e a produtividade do rebanho, pois o pasto e o solo tem deficiência de minerais, como fósforo, selênio, cobre, zinco e cobalto. Somente o capim não consegue fornecer todos os minerais que as cabras e bodes precisam e a falta de minerais pode levar a uma série de problemas de saúde, incluindo anemia, problemas de casco, baixa imunidade e problemas reprodutivos. Para cabras leiteiras, a suplementação mineral é crucial. Minerais como cálcio e fósforo são vitais para a produção de leite e para a saúde óssea do animal, evitando doenças como a febre do leite, minerais como o zinco, o selênio e o manganês são importantes para a fertilidade tanto de machos quanto de fêmeas, a suplementação mineral garante que eles atinjam seu potencial genético de crescimento. Um rebanho bem nutrido é mais resistente a infecções e parasitas, pois o núcleo mineral fornece vitaminas (como A, D e E) e minerais que fortalecem o sistema imunológico, melhora a saúde dos cascos e do pelo e melhora a digestão, pois alguns núcleos minerais contêm aditivos, como probióticos e leveduras, que melhoram a saúde do rúmen e a digestibilidade da ração.

2.9. O **Núcleo Mineral de Bovino** é uma mistura concentrada de macro e microminerais (como cálcio, fósforo, selênio e zinco), além de vitaminas (A, D e E), formulada para suprir essas carências pois corrige a deficiência do pasto em minerais sem a suplementação, os animais não conseguem obter os nutrientes que precisam apenas da forragem, o que pode levar a problemas graves de saúde e produtividade. Minerais como fósforo, zinco, cobre e selênio são cruciais para a fertilidade. A deficiência deles pode causar problemas como cio irregular, baixa taxa de concepção e até abortos. A suplementação adequada melhora as taxas de prenhez, a saúde dos

bezerros, garante um ganho de peso mais rápido e eficiente. Minerais como cálcio e fósforo são essenciais para a produção de leite. A falta deles pode diminuir a produção e causar doenças metabólicas, como a febre do leite. Minerais como selênio, zinco e cobre fortalecem as defesas do animal, reduzindo a incidência de infecções e a necessidade de tratamentos veterinários. Portanto O núcleo mineral contribui para a saúde óssea (prevenindo raquitismo e osteomalacia), a qualidade dos cascos, a pelagem e o bom funcionamento de todo o organismo. Ele é fundamental para que os animais expressem seu máximo potencial genético.

**2.10. O Suplemento Vitamínico e Mineral , Núcleo para Ração de Equino** é essencial para garantir que os equinos recebam uma nutrição completa e balanceada, pois são projetados para corrigir as deficiências nutricionais que a pastagem ou grãos sozinhos não conseguem suprir. O suplemento é formulado para fornecer as vitaminas e minerais essenciais que o animal precisa para manter a saúde geral, o bom desempenho e a reprodução, pois solos e pastagens são pobres em minerais como selênio, cobre e zinco. O suplemento corrige essa falta, prevenindo problemas de saúde. Comprar os ingredientes a granel e misturá-los com um núcleo geralmente sai mais barato do que comprar ração industrializada pronta., pois você tem controle total sobre a qualidade dos ingredientes e pode ajustar a proporção conforme as necessidades do seu rebanho ou animal.

**2.11. Polpa Cítrica** é um subproduto da indústria de sucos de laranja, rica em energia e fibras digestíveis, sendo uma alternativa interessante ao milho em dietas de bovinos.

#### **Funções e Benefícios:**

- **Fonte de Energia:** Possui elevado teor de carboidratos solúveis (principalmente pectina), sendo uma excelente fonte de energia para os animais.
- **Alta Digestibilidade e Palatabilidade:** É bem digerida e aceita pelos animais, facilitando a inclusão na dieta.
- **Disponibilidade no Mercado:** Sua produção sazonal e abundância (especialmente no Brasil) podem torná-la uma opção economicamente viável em determinadas épocas.
- **Substituição Parcial de Grãos:** Pode substituir parte dos grãos de cereais (como o milho) na dieta, oferecendo flexibilidade e potencial redução de custos.
- **Contribuição para a Fermentação Ruminal:** A pectina, um carboidrato não fibroso, é altamente degradável no rúmen, contribuindo para uma fermentação ruminal saudável.

**2.12. O Feno** é alimento base, ferramenta de saúde dental e intestinal e um recurso de enriquecimento ambiental vital para a recuperação e manutenção de diversas espécies, especialmente para os animais herbívoros, como equinos (cavalos), bovinos, ovinos e caprinos. O feno é a principal fonte de fibra para muitos desses animais, sendo vital para o bom funcionamento de seus sistemas digestivos. Ele garante uma nutrição adequada, especialmente em períodos de escassez de pastagem ou para animais em internação que não podem pastar, além disso oferecer feno permite que os animais internados em baias exibam seu comportamento natural de forrageamento e mastigação, funcionando além de uma alimentação saudável como uma distração, ajudando a reduzir o estresse, a ansiedade e o tédio, o que é muito importante para a recuperação. Já para os equinos internados no HVGLNatel ou em outros setores da FCAV Unesp Câmpus de Jaboticabal feno é a forma de volumoso (forragem conservada) mais utilizada na alimentação, especialmente quando o acesso à pastagem fresca é restrito, principalmente durante a internação hospitalar.

**2.13. A Maravalha ou Cavaco de Madeira** ela é adquirida para higiene, conforto, segurança e bem-estar dos animais internados, especialmente para grandes animais e pequenos mamíferos (roedores e lagomorfos), pois ela tem grande capacidade de absorver urina e outros dejetos líquidos, o qual ajuda a manter a área onde o animal está deitado seca e limpa, o que é crucial para prevenir problemas de pele, infecções nos cascos (especialmente em equinos) e odores. Serve como uma cama macia e aconchegante para os animais, especialmente aqueles em recuperação ou com dificuldade de locomoção, proporciona conforto térmico, isolando o animal do piso frio e em baias para equinos, ela tem um efeito "amortecedor" que protege as articulações e os cascos do contato direto com o chão duro, o que é vital para o bem-estar e a recuperação pós-cirúrgica ou de lesões. É facilmente removível e substituível, facilitando a rotina de limpeza e descarte no ambiente hospitalar e para roedores (hamsters, camundongos) e lagomorfos (coelhos) mantidos em gaiolas, a maravalha de boa qualidade (geralmente flocos de Pinus sem pó) não só forra o habitat, mas também permite o comportamento natural de escavar e construir ninhos, reduzindo o estresse da internação.

**2.14.** As atividades didáticas realizadas nos setores de aulas práticas do Colégio Técnico Agrícola (CTA) envolvem o manejo de animais em contextos controlados, com fins exclusivamente educativos e científicos. Para garantir o bem-estar dos animais utilizados nas práticas e assegurar a qualidade do processo formativo dos estudantes, é essencial o fornecimento planejado e adequado desses insumos. A aquisição de ração justifica-se pelos seguintes fatores:

- Bem-estar animal e conformidade com legislações vigentes, como a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98) e normas do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA), que exigem cuidados com a saúde e alimentação adequada dos animais utilizados no ensino;
- Manutenção da qualidade do ensino prático, possibilitando que os estudantes tenham contato com situações reais de manejo e nutrição, fundamentais para a formação técnica e científica;
- Padronização e controle nutricional, uma vez que rações comerciais seguem formulações específicas que garantem o suprimento dos nutrientes necessários de acordo com a espécie e fase de desenvolvimento dos animais;

- Redução de riscos sanitários, ao evitar imprevistos ou uso de alimentos inadequados, o que poderia comprometer a saúde animal e, por consequência, os resultados das atividades didáticas.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Hospital Veterinário	Paola de Castro Moraes
Departamento de Zootecnia	José Maurício Barbanti Duarte
Colégio Técnico Agrícola	DANIEL DE SOUZA FERREIRA
Colégio Técnico Agrícola	ELIZABETE REGINA LEONE PELICANO
Departamento de Clínica e Cirurgia Veterinária	ANNELISE CARLA CAMPESI
Departamento de Morfologia e Fisiologia Animal	Luciane Helena Gargaglioni Batalhão
Departamento de Patologia, Reprodução e Saúde Única	Estevam Guilherme Lux Hoppe

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os bens a serem adquiridos são de uso comum, visto que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, mediante às especificações usuais de mercado. Neste sentido, a fim de confirmar que o objeto é comum, ele possui os seguintes atributos básicos:

- trata-se de contratação habitual/rotineira da Administração Pública;
- apresenta características que encontram no mercado padrões usuais de especificação; e
- existe a possibilidade de julgamento objetivo das propostas pelo menor preço.

4.2. Considerando-se as necessidades HVGLN da FCAV/UNESP e dos demais Setores e Departamentos do Campus de Jaboticabal, observou-se as possibilidades que o mercado oferecia para contratação, a fim de buscar a que atendesse os requisitos dispostos para evitar material com baixa qualidade, pois necessitamos de produto com alta padrão de qualidade, pois os animais internados, muitas vezes perdem o apetite por causa do tratamento clínico ou cirúrgico padronizado para cada tipo de infecção e também o rebanho didático. Com isso, deve-se observar:

- A contratada deverá fornecer materiais de qualidade comprovada, que tenham durabilidade e confiabilidade, sendo vedado o emprego de materiais usados ou reconicionados;
- A entrega, destinação e transporte devem ser realizados pela contratada;
- O DESCARREGAMENTO DOS MATERIAIS É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO(S) LICITANTE(S) VENCEDOR(ES) do(s) item(s), para tanto deve-se providenciar a CONTRATAÇÃO DE CHAPAS quando a empresa não dispuser de funcionários para acompanhar o motorista.
- O item deve ser entregue em até 10 dias após o envio do empenho ao fornecedor para o endereço indicado na Solicitação de Empenho; e
- Maiores detalhes sobre o objeto estão descritos no Termo de Referência.

4.3. O fornecedor deverá garantir a entrega parcelada, de acordo com os pedidos, que podem variar, pelas seguintes razões:

- A aquisição ocorrerá apenas se houver necessidade no Hospital Veterinário "Governador Laudo Natel" e demais setores da FCAV/UNESP - Campus de Jaboticabal;
- São itens fundamentais para manter a alimentação dos semoventes internados para tratamento médico veterinário, no Hospital Veterinário "Governador Laudo Natel" da FCAV/UNESP - Campus de Jaboticabal, onde a casuística varia muito;
- Também para os demais Setores da FCAV/UNESP - Campus de Jaboticabal são itens de essenciais para a nutrição e bem estar dos animais

4.4. Os produtos deverão estar dentro da data de validade, apresentar embalagem íntegra, adequada e o produto descarregado no local. Não é necessário que as rações de diferentes categorias sejam da mesma empresa e/ou da mesma marca;

4.5. Os itens destinados à alimentação animal devem possuir registro no MAPA, a fim de garantir a qualidade e a procedência dos itens a serem adquiridos;

4.6. Os itens de madeira (maravalha) devem possuir selo FSC para comprovar que a madeira é de origem de reflorestamento e laudo técnico que comprove as especificações e procedência do material;

4.6. Requisitos específicos quanto possíveis marcas de referência após levantamento direto com os técnicos responsáveis pelos setores envolvidos constarão do Termo de Referência a ser concluído posteriormente;



4.7. Respeitada a ampla participação de licitantes, é fundamental que o objeto entregue possua as características exigidas no Termo de Referência. A Unidade conferirá os itens no recebimento e, caso haja desacordo com as especificações, a empresa será notificada para realizar a devida correção e atender aos requisitos obrigatórios do edital;

4.8. Considerando a natureza do objeto, fica estabelecida a inelegibilidade de pessoas físicas (não empresárias) para esta contratação. Tal medida justifica-se pela incompatibilidade da estrutura física e operacional desses entes com as exigências de transporte de carga pesada, armazenamento e a obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal de venda. Por outro lado, admite-se a participação de Produtores Rurais Pessoas Físicas e Agricultores Familiares, especificamente para os itens de Feno e Maravalha, visando ao fomento da produção agropecuária regional e em conformidade com o Decreto Estadual nº 67.608/2023.

## **5. Levantamento de Mercado**

### **Pesquisa de Preços**

5.1. Foi realizada pesquisa no âmbito de contratações públicas por meio do site painel de preços e compras governamentais, a fim de verificar a existência de soluções aptas em atender a necessidade administrativa ou então novas metodologias de execução/contratação que gerem ganhos de produtividade ou economia para a Administração. Foi constatado que a solução amplamente utilizada é a realização de pregão eletrônico, com amplo mercado fornecedor.

### **Justificativa da escolha da solução**

5.2. Aquisição de Sal Mineral, Núcleo Proteico, Farelo de Soja e de Trigo , Ração, Polpa Cítrica e Feno para a alimentação dos animais de grande porte e a Maravalha para forragem foi identificada por esta equipe técnica como a que melhor atende a necessidade da demanda e atende aos requisitos da contratação, através da realização de Pregão - SRP. Em relação à justificativa da escolha do tipo de solução a contratar:

a) as aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, ressalvadas as hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e que a não observância da modalidade estipulada na lei pode configurar o fracionamento ilegal de despesa, prática vedada na Lei 14.133/2021;

b) ocorre a necessidade de contratações frequentes por se tratar de alimentação animal perecível, as entregas serão feitas de forma parcelada, conforme a necessidade demandada.

c) existem empresas especializadas e capacitadas em fornecer esse material para a universidade.

5.3. A opção pela aquisição de itens e por quilograma é a mais vantajosa para a Administração, não tendo sido vislumbradas neste estudo novas alternativas disponíveis no mercado e nem outras alternativas adotadas por demais órgão públicos.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A solução mais adequada para atender às necessidades da FCAV/UNESP - Campus de Jaboticabal, será o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura e eventual de Sal Mineral, Núcleo Proteico, Farelo de Soja e de Trigo , Ração, Polpa Cítrica, Feno e Maravalha que atendam as exigências nutricionais e de bem estar dos semoventes internados no Hospital Veterinário 'Governador Laudo Natel' (FCAV/UNESP) e demais animais dos departamentos e rebanhos didáticos da Unidade através da modalidade PREGÃO ELETRÔNICO.

6.2. Adota-se o Sistema de Registro de Preços visto que a casuística hospitalar e didática apresenta alta variabilidade, impossibilitando a fixação prévia de um quantitativo rígido e demandando entregas parceladas de acordo com o fluxo de especialidades atendidas e pesquisas realizadas.

6.3. No mercado não foi encontrada outra solução que fosse mais vantajosa para adquirir o item demandado, portanto, a realização do pregão é a solução mais adequada. Com essa solução, é possível estimar quantidades para atender o período de doze meses, com a finalidade de realizar apenas uma licitação por ano, salvo caso que não haja proposta vencedora em algum item.

6.4. Com o procedimento de registro de preços é possível ter atas, as quais possuem validade de doze meses, e que fixam as quantidades que podem ser compradas ou não das empresas vencedoras, bem como o preço do item também é fixado. As aquisições são efetuadas após levantamento que é realizado para verificar os itens que possuem efetiva necessidade de serem comprados, geralmente os que estão com necessidade de utilização.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A determinação do quantitativo a ser adquirido considerou a Demanda prevista no PCA, a consulta aos diversos setores e departamentos da Unidade e a estimativa de consumo e utilização prováveis, tendo sido considerados os seguintes fatores e/ou fontes:

- Levantamento de histórico de consumo anterior;
- Incremento na demanda de uso, em virtude do aumento do número de animais a serem alimentados;
- Aumento da demanda de uso, em função do aumento de animais internados em tratamento médico veterinário.

7.2. A tabela a seguir estima as quantidades e as unidades de medidas do item da contratação, com estimativa para 12 meses:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE (12 MESES)	VALOR UNITÁRIO
01	SAL MINERAL PARA BOVINOS	Saco 25 kg	300	99,00
02	RACAO PARA EQUINOS PELETIXADA	Saco 40 kg	400	124,07
03	SAL MINERALIZADO EQUINOS	Saco 25 kg	300	125,00
04	FARELO DE SOJA	Saco 50 kg	1.000	150,20
05	FARELO DE TRIGO	Saco 40 kg (1.200kg)	300	67,00 (
06	NÚCLEO MINERAL CAPRINO	Saco 50 kg (500kg)	10	372,30 (7,45/kg)
07	NÚCLEO MINERAL BOVINO	Saco 30 kg	400	169,68
08	SUPLEMENTO VITAMÍNICO E MINERAL; NÚCLEO PARA RAÇÃO DE EQUINO;	Saco 40 kg	480	147,00
09	POLPA CITRICA PELETIZADA	Saco 40 kg (16.000 KG)	400	100,00 (2,50/kg)
10	FENO	Kg	120.000	3,30
11	MARAVALHA (GRANDES)	Kg	50.000	4,24
12	MARAVALHA (PEQUENOS)	Saco 5 kg	325	48,99
13	RAÇÃO PELETIZADA PARA COELHOS	Saco 20 kg	109	67,00

7.3. Há a possibilidade de prorrogação da Ata de Registro de Preços com a respectiva renovação do quantitativo;

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1.328.131,20

8.1. O custo estimado para a contratação e de R\$ 1.328.131,20 (um milhão, trezentos e vinte e oito mil, cento e trinta e um reais e vinte centavos).

8.2. O valor inicial é fornecido pelas áreas requisitantes que buscaram efetuar uma pesquisa prévia dos preços para aquisição das rações. A metodologia de cálculo será baseada na Planilha de composição de Preços elaborada pela Seção Técnica de Materiais, através da composição de diversos preços, tais como orçamentos feitos com fornecedores, consulta de valores de mercado através da internet e outras contratações similares obtidas pela plataforma de compras do Governo Federal.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

9.1. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no inciso I, alínea b, do Art. 40 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.2. A entrega do material de forma parcelada ocorre devido a impossibilidade de estoque do quantitativo total demandado no período de 12 meses e por se tratar de itens com validade.

9.3. O parcelamento do objeto, no presente certame, se faz necessário por motivo da aquisição levar em consideração as necessidades de consumo, conforme casuística dos atendimentos médicos veterinários, que podem variar ao longo do ano.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta requisição, tendo em vista que os setores já dispõe de local adequado para armazenamento e os pedidos serão realizados conforme a demanda, ao longo da vigência da Ata.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. O objeto da contratação esteve previsto no Plano de Contratação Anual 2025 (contratações 29, 32 e 48/2025) e diante da impossibilidade de realização no ano de 2025, foi devidamente previsto e atualizado no PCA 2026 (Contratação 57/2026) com base no Inciso IV do Art. 7º do Decreto 10.947 de 25 de janeiro de 2022.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. Os itens são de suma importância necessário para a manutenção da alimentação dos semoventes do Hospital Veterinário "Governador Laudo Natel" e dos demais Setores da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Câmpus de Jaboticabal

12.2. A aquisição destes itens mediante Sistema de Registro de Preços proporcionará economicidade ao reduzir os gastos operacionais e o tempo gasto para futuras aquisições, considerando que as aquisições poderão ser feitas parceladamente ao longo da vigência da ata.

## **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. Não há necessidade de adequação tendo em vista a natureza do objeto. Não há necessidade de adaptações de infraestrutura ou de mão de obra especializada, estando campus apto à executar a contratação sem maiores providências.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. Dada a natureza do objeto (alimentação e bem estar animal), não foram constatados impactos ambientais diretos significativos que exijam medidas de mitigação complexas ou logística reversa obrigatória. No entanto, em observância às diretrizes de compras públicas sustentáveis, critérios de sustentabilidade são empregados sempre que técnica e economicamente viáveis.

14.2. Para tanto, a Administração avalia a disponibilidade de mercado, zelando pela manutenção da ampla competitividade e da economicidade. Ressalta-se que, a depender do item, o mercado para produtos sustentáveis neste segmento pode ser restrito, com potencial elevação de custos, razão pela qual tais critérios não serão utilizados de forma a onerar excessivamente o certame ou restringir o número de licitantes aptos. Portanto, não serão computados custos indiretos ambientais para fins de critério de menor dispêndio nesta contratação.

## **15. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Contratação viável conforme demonstrado ao longo deste ETP.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARIA LUISA ALVES DE OLIVEIRA**

Solicitante



*Assinou eletronicamente em 05/03/2026 às 14:01:02.*

**PAOLA CASTRO MORAES**

Supervisor



*Assinou eletronicamente em 05/03/2026 às 14:59:38.*

**BRUNO BIAGIOLI**

Solicitante



*Assinou eletronicamente em 05/03/2026 às 10:05:58.*

## ANEXO II - MINUTA DE NOTA DE EMPENHO

[illegible]

## ANEXO III

## PORTARIA UNESP Nº 135, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023.

Regulamenta a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133-2021 no âmbito da UNESP.

O Reitor da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, com fundamento nos incisos I, II e XXI do Artigo 34 do Estatuto da UNESP, cumulado com o inciso III do Artigo 24 do Regimento Geral da UNESP e em face do disposto no Capítulo IV do Título III e no Capítulo I do Título IV da Lei Federal 14.133-2021, expede a seguinte Portaria:

**Capítulo I - Das Disposições Preliminares**

Artigo 1º - Esta Portaria regulamenta o procedimento de apuração de infrações e a aplicação de sanções administrativas às licitantes e contratadas, decorrentes das hipóteses previstas no Capítulo I do Título IV da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP.

**Capítulo II - Das Definições**

Artigo 2º - Sem prejuízo das definições contidas no Art. 6º Lei Federal 14.133-2021, para os efeitos do disposto nesta Portaria, considera-se:

I - Multa compensatória: aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações na condição de licitante ou contratada, com a finalidade de compensar a Administração pelo dano que lhe é causado pela ocorrência das infrações listadas ou de alguma cláusula especial, conforme previsto no contrato.

II - Multa contratual: aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais, sendo estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato e em consonância com o disposto nesta Portaria.

III - Multa de mora: aplicada nas hipóteses de atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato e em consonância com o disposto nesta Portaria.

IV - Entrega imediata: aquela com prazo de entrega ou execução de até 30 dias da ordem de fornecimento ou de execução.

V - Valor ínfimo ou insuficiente: aquele cuja apuração para aplicação da multa se revele incapaz de fazer frente aos custos administrativos despendidos para operacionalização do procedimento sancionatório, assim considerados aqueles inferiores a 10 UFESPs.

VI - Instrumento equivalente: instrumento contratual simplificado avençado sob a forma de Carta-Contrato; Autorização de Fornecimento (AF); Nota de Empenho (NE); Purchase Order (PO); Apólice de Seguro; ou outro instrumento hábil específico emitido pela Universidade com essa mesma finalidade.

**Capítulo III - Das Infrações**

Artigo 3º - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas ações e omissões de sua parte que resultem na extinção ou na nulidade do contrato administrativo e pelas seguintes infrações, previstas no Art. 155 da Lei Federal 14.133-2021:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei 12.846, de 1-8-2013

**Capítulo IV - Das Sanções**



## Seção I - Das Espécies de Sanções

Artigo 4º - Em caso de incidência das infrações previstas no Art. 3º desta Portaria, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as sanções previstas abaixo, conforme disposto no Art. 156 da Lei Federal 14.133-2021:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§1º - Na aplicação das sanções serão considerados:

1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
2. as peculiaridades do caso concreto;
3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§2º - A aplicação das sanções ao licitante ou contratado não afasta a incidência de eventual composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência. A diferença de preços verificada na efetivação de uma nova contratação feita no mercado, serão consideradas como perdas e danos, a serem ressarcidos à Administração, descontados os valores correspondentes às multas já aplicadas e efetivamente pagas.

§3º - Havendo a recusa do material ou do serviço, por parte da Universidade, a contratada deverá, no prazo fixado pela UNESP, que não excederá a 15 dias úteis - contados do recebimento da notificação da recusa - substituir, reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas custas, no todo ou em parte, o objeto viciado com defeitos ou incorreções na execução, sob pena de restar caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto contratado, com a consequente aplicação das sanções previstas nesta Portaria.

§4º - Nas sanções que resultem em impedimento temporal, a duração da penalidade será definida com base na gravidade da conduta do contratado e dos prejuízos dela resultantes, utilizando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e legalidade, observados os limites temporais fixados na Lei Federal 14.133-2021.

## Seção II - Da Sanção de Advertência

Artigo 5º - A sanção de advertência será aplicável nos casos em que haja a inexecução parcial do contrato, conforme inciso I do Art. 4º desta Portaria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

## Seção III - Da Sanção de Multa

Artigo 6º - A sanção de multa será aplicável, de forma individual ou cumulada com outra sanção, por qualquer das infrações previstas no Art. 3º desta Portaria, conforme as seguintes espécies e percentuais:

I - multa compensatória de 10% do valor estimado do objeto na licitação ou contratação direta, na ocorrência das infrações, previstas nos incisos IV, VIII, IX, X, XI e XII do Art. 3º desta Portaria, ocorridas durante a fase de licitação ou contratação direta.

II - multa compensatória de 20% do valor da proposta na licitação ou contratação direta, na ocorrência das infrações, previstas nos incisos V e VI do Art. 3º desta Portaria, ocorridas durante a fase de licitação ou contratação direta.

III - multa compensatória de 30% do valor não executado do contrato na ocorrência das infrações previstas nos incisos I, II, III, VIII, IX, X, XI e XII do Art. 3º desta Portaria, durante a fase execução do contrato.

IV - multa contratual de 2%, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, na hipótese de ocorrência da infração prevista no inciso VII do Art. 3º desta Portaria, acrescida de multa de mora, conforme as seguintes hipóteses:

a) multa de mora de 0,3%, calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de atraso no fornecimento de materiais e serviços;

b) multa de mora de 0,4% calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de atraso na execução de obras e serviços de engenharia.

§1º - Para o cálculo das multas de mora previstas nas alíneas "a" e "b" do inciso IV deste artigo, deverá ser adotado o método de acumulação simples, que significa a mera multiplicação da taxa diária pelo número de dias de atraso e pelo valor correspondente à obrigação não cumprida.

§2º - As multas previstas no artigo 6º são autônomas e a aplicação de uma não exclui a incidência das outras, devendo sempre serem calculadas sobre os valores contratuais reajustados, desde que conste do termo de contrato a cláusula de reajuste.

§3º - A somatória da multa contratual com a multa de mora calculada na forma deste artigo não poderá ser inferior a 10 UFESPs e nem exceder a 30% do valor contratado.

§4º - Nos casos em que o atraso incorrido pela contratada resultar em valor de multa ínfimo ou que não seja suficiente para fazer frente aos custos administrativos despendidos para a operacionalização do procedimento sancionatório, poderá a autoridade competente, em despacho escrito e fundamentado no processo, converter a aplicação da multa em advertência.

§5º - As multas, aplicadas após o regular processo administrativo, serão:

1. descontadas da garantia do respectivo contrato ou instrumento equivalente;
2. compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, devidamente executados e atestados pela fiscalização designada para a contratação;
3. cobradas administrativamente, caso seu valor for superior à soma dos totais dispostos nos incisos I e II deste parágrafo.
4. cobradas judicialmente, caso o valor atualizado ultrapassar 300 UFESPs e a cobrança administrativa seja infrutífera.

§6º - Na hipótese do pagamento das multas através do inciso III do §5º deste artigo, incidirá correção monetária diária no período compreendido entre o dia imediatamente posterior à data final para liquidar a multa e aquele em que o pagamento efetivamente ocorrer, com base na variação da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, ou índice que venha substituí-la.

§7º - No caso de a aplicação das multas estabelecidas em contratos e de mora, somadas, extrapolarem 30% do valor atualizado do contrato, a Autoridade Competente deverá imediatamente promover a rescisão unilateral por inexecução contratual, salvo quando houver justificativa formal e fundamentada da vantajosidade da manutenção da contratação para a Administração.

§8º - A aplicação das multas previstas nos Incisos III, IV, V, VII do caput deste artigo, nos casos de fornecimento de material ou serviços, se dará observada as seguintes condições:

1. após o prazo fixado pela UNESP, que não excederá a 15 dias úteis, contados do recebimento da notificação, para substituir, reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas custas, no todo ou em parte, o objeto viciado com defeitos ou incorreções na execução, salvo na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados;
2. a contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação;
3. a contagem dos prazos de execução dos contratos será efetuada utilizando-se dias corridos, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente ao do início da vigência do contrato ou da ordem escrita de início da sua execução, ou ainda do efetivo recebimento, por qualquer meio, do instrumento equivalente pelo contratado, devendo o comprovante de recebimento integrar o processo.

§9º - O pedido de prorrogação de prazo final para a execução de obra, serviços ou entrega de material somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos de execução ou fixados no contrato ou instrumento equivalente, e quando aprovado, suspende a incidência de multas. O prazo para protocolo do pedido de prorrogação prazo previsto neste artigo será de no mínimo 15 dias úteis quando não fixado no Edital ou no Contrato.

#### Seção IV - Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 7º - A sanção de impedimento de licitar e contratar, prevista no inciso III do caput do Art. 4º desta Portaria, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Art. 3º desta Portaria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 anos.

Parágrafo único - A duração da penalidade será definida com base na gravidade da conduta do contratado e dos prejuízos dela resultantes, utilizando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e legalidade.

#### Seção V - Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 8º - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no inciso IV do caput do Art. 4º desta Portaria, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Art. 3º desta Portaria, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no Art. 7º desta Portaria, e impedirá

o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos.

#### Seção VI - Disposições Gerais para o Procedimento de Aplicação de Sanções

Artigo 9º - À licitante ou contratada será garantido o contraditório e a ampla defesa contra a aplicação das sanções definidas no Art. 4º, exercidos por intermédio de manifestações e recursos, nos prazos dispostos nos Artigos 157, 158, 166 e 167 da Lei Federal 14.133-2021.

Artigo 10 - No procedimento para aplicação de sanções, serão observados os seguintes termos:

I - nenhum prazo de defesa ou recurso se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vistas franqueadas ao interessado;

II - as sanções previstas nesta Portaria poderão ser alteradas ou extintas pela própria Autoridade Competente que as aplicou, ou pela Autoridade Superior a esta, mediante ato fundamentado baseado na análise técnica da defesa e/ou recurso tempestivo apresentados pela licitante ou contratada;

III - a Autoridade Competente, após oitiva da Assessoria Jurídica, poderá celebrar Acordo de Leniência com a pessoa jurídica responsável pela prática de atos ilícitos previstos na Lei Federal 14.133-2021, com vistas à isenção ou atenuação das sanções administrativas, conforme expressa previsão do Art. 17 da Lei Federal 12.846, de 1-8-2013;

IV - a extinção da aplicação das sanções previstas nesta Portaria não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral de eventual dano comprovadamente causado à Administração, observada a possibilidade da sua composição ocorrer no âmbito de Acordo Administrativo nos termos do Art. 9º do Decreto Federal 9.830-2019;

V - para a extinção das sanções previstas nos Arts. 7º e 8º desta Portaria, deverá ser lavrado Termo de Compromisso disposto no artigo 26 do Decreto-lei Federal 4.657-1942, modificada pela Lei 13.655-2018 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), observando os requisitos para sua operacionalização previsto no artigo 10 do Decreto Federal 9.830-2019 que o regulamenta.

#### Seção VII - Do Processo Administrativo para Aplicação de Sanções

Artigo 11 - A aplicação das sanções previstas nos Arts. 5º, 6º, 7º e 8º desta Portaria será processada pelo órgão contratante, através de processo administrativo e do Sistema e-Sanções, conforme legislação vigente.

Parágrafo único - O processo administrativo sancionatório observará o disposto nos artigos 62 a 64 da Lei Estadual 10.177-1998, ou outra norma estadual que venha a substituí-la.

#### Seção VIII - Dos Cadastros e Comunicações

Artigo 12 - Na ocorrência do inadimplemento do pagamento da penalidade prevista no artigo 6º desta Portaria, a contratada será inscrita no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - Cadin Estadual, obedecendo ao disposto contido em legislação específica, sem prejuízo da ação judicial de cobrança.

Artigo 13 - No prazo máximo 15 dias úteis, contado da data de aplicação das sanções previstas nos artigos 7º e 8º, deverão ser informados e mantidos atualizados os dados relativos às sanções aplicadas pela UNESP no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único - As sanções aplicadas pela Universidade serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em atendimento ao artigo 174, inciso I da Lei 14.133-2021, mediante a remessa de dados via integração de sistemas ou outros meios disponíveis para a finalidade.

Artigo 14 - Quando tratar-se das penalidades previstas nos Artigos 7º e 8º, a contratada será incluída na relação de "Apenados" do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

#### Capítulo V - Das Disposições Finais

Artigo 15 - Os instrumentos convocatórios e todos contratos e instrumentos equivalentes deverão fazer referência à presente Portaria, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 16 - As medidas complementares a esta Portaria serão definidas através de Instruções Normativas e demais normas procedimentais a serem baixadas pela Pró Reitoria de Planejamento Estratégico e Gestão – PROPEG.

Artigo 17 – Permanecem regidos pela Portaria UNESP 6, de 13-1-2021 as licitações, dispensas, inexigibilidades, contratos ou instrumentos equivalentes realizados ou celebrados sob a égide da Lei 8.666-1993 ou da Lei 10.520-2002.

Artigo 18 - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

(Proc. 1723-2021-Runesp)

Pub. DOE nº 139, de 21/12/2023, p. 75

## ANEXO IV - MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Razão Social:

CNPJ:

Telefone / E-mail:

Endereço Completo / CEP / Cidade:

**Dados Banco do Brasil:**

Agência:

C/C: .

### 2. OBJETO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO/MARCA/MODELO	CATMAT/CATSER	UNID	QTDE	VLR UNIT	VLR TOTAL
01						
02						
03						

### 3. CONDIÇÕES

- 3.1. Prazo de entrega: **xxxxxx (vide item 5 do TR).**
- 3.2. Local de execução: **UNESP/FCAV – Campus de Jaboticabal (vide item 5 do TR).**
- 3.3. Condições de pagamento: **30 (trinta) dias após o recebimento definitivo (vide item 7 do TR)**
- 3.4. Validade da proposta: **não inferior a 60 (sessenta) dias (vide item 5 do Edital)**

(Local e data).

(Nome/CPF / assinatura do representante legal)

#### OBSERVAÇÕES:

- Proposta em papel timbrado da proponente contendo os dados completos de identificação;
- **Na ausência de dados do Banco do Brasil**, será solicitado declaração complementar informando que o proponente se compromete a providenciar a abertura da conta corrente no Banco do Brasil S.A. e comunicar os referidos dados bancários até a formalização da contratação, considerando o estabelecido pelo Decreto nº 62.867/2017, alterado pelo Decreto nº 66.000/2021.
- A proposta de preços deve ser elaborada em função do serviço/fornecimento que será objeto de contratação/prestação, devendo comportar indicação de todas as exigências colacionadas para a correspondente apresentação.
- A proposta deverá compreender, além do lucro, a integralidade dos custos diretos ou indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do contrato, incluindo, mas não se limitando a: tributos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, bem como quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução do contrato, sendo que a ausência de indicação de qualquer custo não desonera o proponente do cumprimento total da obrigação.

PESQUISA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.MEDIDA	QTDDE 12 MESES	REGIONAL	SCARPARO	Preço 3 / JR(11,12)	Preço 4	COMPRAS.GOV	MEDIA	
					VLR UNIT	VLR UNIT	VLR UNIT	VLR UNIT	VLR UNIT	VLR UNIT	VLR TOTAL
1	SAL MINERAL PARA BOVINOS	472414	SACO 25 KG	500	130,20	228,00			110,99	156,40	78.200,00
2	RACAO PARA EQUINOS PELETIXADA	628063	SACO 40KG	400	122,40	171,00			136,24	143,21	57.284,00
3	SAL MINERALIZADO EQUINOS	420915	SACO 30 KG	450	182,70	258,00			138,00	192,90	86.805,00
4	FARELO DE SOJA	232080	SACO 50KG	1200	175,00	176,00			135,00	162,00	194.400,00
5	FARELO DE TRIGO	293606	SACO 40KG	500	84,00	106,00			72,80	87,60	43.800,00
6	NÚCLEO MINERAL CAPRINO	605896	KG	500	4,90	7,78	7,45	7,56	3,59	6,26	3.130,00
7	NÚCLEO MINERAL BOVINO	605895	SACO 30 KG	3400	147,00	171,00			172,34	163,45	555.730,00
8	NÚCLEO MINERAL EQUINO	467067	SACO 40KG	480	196,00	422,00			239,00	285,67	137.121,60
9	POLPA CITRICA PELETIZADA	458111	KG	26000	2,50	3,13	2,00	2,24	2,25	2,42	62.920,00
10	FENO	453421	KG	145000	3,20	3,20	2,37		5,57	3,59	520.550,00
11	MARAVALHA - 1MM (GRANDES)	333519	KG	50000	1,50	3,00	5,00		11,44	5,24	262.000,00
12	MARAVALHA - 0,5MM (PEQUENOS)	256915	SACO 5KG	375			58,00		46,15	52,08	19.530,00
13	RAÇÃO - COELHOS PELETIZADA	228089	SACO 20 KG	109	72,21	92,00			67,00	77,07	8.400,63

Parâmetros adotados para definição do valor estimado de acordo com o Artigo 3º do Decreto nº 67.888/2023:

X	I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo
	II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços
X	III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal ou estadual
X	IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores
	V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas e/ou em bases do Estado de São Paulo

Metodologia para definição do valor estimado: MEDIA

ALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 2.029.871,23

Seção Técnica de Materiais, 02 de março de 2025

Atualizada em 06/03/2026, após inclusão de Unidade Participante

SHEILA GARBIN WINCKLER

Responsável pela consolidação dos Dados

## ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/2026-FCAV

## FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E VETERINÁRIAS – FCAV/UNESP – CAMPUS DE JABOTICABAL

A UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "Júlio de Mesquita Filho", por intermédio da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - FCAV/UNESP – Campus de Jaboticabal, com sede na Via de Acesso Prof. Paulo Donato Castellane, s/n, CEP 14884-900, Jaboticabal, SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.031.918/00012-87, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor Diretor **HUMBERTO TONHATI**, nomeado pela Portaria do Reitor, de 29/06/2023, publicado(a) no DOE de 05/07/2023, inscrito(a) no CPF sob o nº **032.801.678-09**, no uso da competência conferida pela legislação aplicável no uso da competência conferida pela legislação aplicável, considerando o resultado obtido conforme o **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/2026-FCAV**, resolve celebrar a presente **ATA de REGISTRO DE PREÇOS**, procedendo ao registro dos preços do(s) fornecedor(es) indicado(s) e qualificado(s) nesta ata, de acordo com a classificação por ele(s) alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no **Edital de licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), no [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), c/c o [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais preceitos da legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

**1. DO OBJETO**

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a **aquisição futura e eventual de insumos destinados a alimentação e bem-estar dos animais sob tratamento médico veterinário no Hospital Veterinário "Governador Laudo Natel" e demais animais pertencentes ao rebanho didático e experimental dos Setores da FCAV/Unesp – Câmpus de Jaboticabal e outras beneficiárias**, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes da documentação que constitui Anexo do **Edital de Pregão Eletrônico nº 90001/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, dados do Banco do Brasil, contatos, representante)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO / MARCA	CATMAT	UNIDADE MEDIDA	QUANT. TOTAL 12 meses	VLR UNIT.
01	<b>SAL MINERAL PARA BOVINOS</b> <b>Especificação Técnica:</b> Sal Mineral para Bovinos Elaborado com: Cálcio (mín) 180g/kg (18%), Cálcio (máx) 220g/kg (22%), Fósforo (mín) 80g/kg (8%), Sódio (mín) 100g/kg, Magnésio (mín) 10g/kg, Enxofre (mín)	472414	SACO 25 KG	500	



	12g/kg, Cobre (mín) 1145mg/kg, Iodo (mín) 57mg/kg, Manganês (mín) 1145mg/kg, Selênio (mín) 22mg/kg, Cobalto (mín) 50mg/kg, Zinco (mín) 3437mg/kg, Flúor (máx) 800mg/kg. <b>EMBALADO EM SACOS 25 - 30 KG</b>				
02	<b>RACAO PARA EQUINOS PELETIXADA</b> <b>Especificação Técnica:</b> Ração para Equinos; Elaborado Com Ração Granulada para Equino, Enriquecimento Por Quilograma do Produto: Selênio-0,5mg; Iodo-1,08mg; Com Proporção de Cobalto-0,18mg; Enxofre-3,9g; Sódio-2,3g; Manganês-1,8mg; Zinco-63mg; Cobre-13,5mg; Níveis de Vitamina A-6000 Ui/kg; Vitamina D3-1200ui/kg; Vitamina E-16,5mg; Aditivo Antioxidante-60,58mg; Constituído de Niacina-4,5mg; Ácido Pantotênico-1,8mg; Riboflavina-96% 1,8mg; Vitamina B12 Mcg. Umidade(máx.)13,0%; Acrescida de ;proteína Bruta(mín.) 12,0%; Extrato de Etéreo(mín.) 1,3%; Matéria Fibrosa(máx.) 15,0%; Matéria Mineral (máx.) 22,0%; Cálcio (máx.) 2,0%;fósforo (mín.) 0,3%; Limite de Tolerancia Ausência de Sujidades, Mofo, Fermentações, Parasitos, Larvas e Elementos Estranhos Ao Produto; Embalagem: Acondicionada de Forma Adequada; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Portaria 108 Mapa de 04.09.91 e Decreto 76.986 de 06.01.76; <b>EMBALADO EM SACOS 40 KG</b>	628063	SACO 40 KG	400	
03	<b>SAL MINERALIZADO EQUINOS</b> <b>Especificação Técnica:</b> Sal Mineralizado; Composto de para Equinos, Cálcio (mín) 160g/kg (16%), Cálcio (máx) 180g/kg (18%), Fósforo (mín) 80g/kg (8%), Sódio (mín) 120g/kg, Magnésio (mín) 1250mg/kg, Cobre (mín) 1250mg/kg, Ferro (mín) 3500mg/kg, Iodo (mín) 65mg/kg, Manganês (mín) 1250mg/kg, Selênio (mín) 20mg/kg, Cobalto (mín) 13mg/kg, Zinco (mín) 3500mg/kg. <b>EMBALADO EM SACOS 25 / 30 KG</b>	420915	SACO 25 KG	450	
04	<b>FARELO DE SOJA</b> <b>Especificação Técnica:</b> Farelo de Soja; para Alimentação Animal, Proteínas Bruta Min. 46%, Umidade Máxima 12%; Extrato Estéreo Min 1%, Fibra Bruta Max. 6%; <b>EMBALADO EM SACOS 50 KG;</b>	232080	SACO 50 KG	1.200	
05	<b>FARELO DE TRIGO</b> <b>Especificação Técnica:</b> Farelo de Trigo para Animais; Utilizado Como Componente de Ração Animal; Com Mínimo de 14% de Proteína Bruta; Contendo Data de Fabricação e Prazo de Validade Mínimo de 3 Meses. <b>EMBALADO EM SACOS 40 KG</b>	293606	SACO 40 KG	500	

06	NÚCLEO MINERAL CAPRINO				
	<b>Especificação Técnica:</b> Cálcio (Máx.) 140.00 g/kg Cálcio (Mín.) 130.00 g/kg Fósforo (Mín.) 60.00 g/kg, Enxofre (Mín.) 5000.00 mg/kg Sódio (Mín.) 136.00 g/kg Cobalto (Mín.) 90.00 mg/kg Cobre (Mín.) 100.00 mg/kg Colina (Mín.) 1200.00 mg/kg Cromo orgânico (Mín.) 1.51 mg/kg Flúor (Máx.) 600.00 mg/kg Iodo (Mín.) 180.00 mg/kg Manganês (Mín.) 400.00 mg/kg Selênio (Mín.) 13.00 mg/kg Zinco (Mín.) 3000.00 mg/kg Zinco orgânico (Mín.) 31.50 mg/kg Lisina (Mín.) 45.00 mg/kg Metionina (Mín.) 3.00 mg/kg Tirosina (Mín.) 9.00 mg/kg Ácido Linoleico (Mín.) 60.39 mg/kg Ácido Oleico (Mín.) 51.24 mg/kg Mananoligossacarídeos (Mín.) 1260.00 mg/kg Ômega 3 (Mín.) 8.86 mg/kg Ômega 6 (Mín.) 60.39 mg/kg Ômega 9 (Mín.) 56.40 mg/kg Saccharomyces cerevisiae (Mín.) 3.00 x 10E9 ufc/kg Ácido fumárico (Mín.) 2000.00 mg/kg, <b>EMBALADO EM SACOS 25 / 30 KG</b>	605896	KG	500	
07	NÚCLEO MINERAL BOVINO				
	<b>Especificação Técnica:</b> Cálcio (Máx.) 220.00 g/kg Cálcio (Mín.) 170.00 g/kg Fósforo (Mín.) 42.00 g/kg Cloro (Mín.) 40.00 g/kg Enxofre (Mín.) 20.00 g/kg Magnésio (Mín.) 40.00 g/kg Sódio (Mín.) 80.00 g/kg Biotina (Mín.) 36.00 mg/kg Cobalto (Mín.) 90.00 mg/kg Cobre (Mín.) 500.00 mg/kg Colina (Mín.) 720.00 mg/kg Cromo orgânico (Mín.) 10.00 mg/kg Iodo (Mín.) 70.00 mg/kg Manganês (Mín.) 1200.00 mg/kg Selênio (Mín.) 20.00 mg/kg Zinco (Mín.) 2850.00 mg/kg Zinco orgânico (Mín.) 450.00 mg/kg Vitamina A (Mín.) 200000.00 ui/kg vitamina D (Mín.) 50000.00 ui/kg Vitamina E (Mín.) 1700.00 ui/kg Lisina (Mín.) 300.00 mg/kg Metionina (Mín.) 7.00 mg/kg Tirosina (Mín.) 18.00 mg/kg Ácido Linoleico (Mín.) 36.23 mg/kg Ácido Oleico (Mín.) 30.70 mg/kg Adsorvente de micotoxinas (Mín.) 22.00 g/kg Aluminossilicato de Cálcio e Sódio (Mín.) 12.00 g/kg Beta glucanos (Mín.) 3000.00 mg/kg Glucomananos (Mín.) 4200.00 mg/kg Mananoligossacarídeos (Mín.) 1308.00 mg/kg Ômega 3 (Mín.) 5.30 mg/kg Ômega 6 (Mín.) 36.20 mg/kg Ômega 9 (Mín.) 33.84 mg/kg Saccharomyces cerevisiae (Mín.) 1.22 x 10E11 ufc/kg Tamponante (Mín.) 265.00 g/kg Monensina sódica (Mín.) 582.00 mg/kg,	605895	SACO 30 KG	3.400	
08	SUPLEMENTO VITAMÍNICO E MINERAL; NÚCLEO PARA RAÇÃO DE EQUINO				
	<b>Especificação Técnica:</b> Calcio (min) 180 G/kg; Fosforo (min) 40 G; Cobre (min) 100 G; Ferro (min) 900 Mg; Iodo (min) 30 Mg/kg; Manganes (min) 450 Mg/kg;	467067	Saco 30 kg	480	

	Selenio (min) 10 Mg/kg; Sódio (min) 70 G/kg; Zinco (min) 1000 Mg/kg; Niacina (min) 300 Mg/kg; Biotina (min) 10 Mg/kg; Vitamina B1 (min) 300 Mg/kg; Vitamina a (min) 100.000 Ui/kg; Vitamina D3 (min) 10.000 Ui/kg; Vitamina e (min) 140 Ui/kg; Vitamina B12 (min) 200 Ui/kg; Vitamina B2 (min) 130 Ui/kg; Vitamina B6 (min) 80 Ui/kg; Embalado Em Saco;				
09	<b>POLPA CITRICA PELETIZADA</b> <b>Especificação Técnica:</b> Polpa Citrica para Animais; Utilizada Como Alimentação de Bovinos, Peletizada; Com 6%(min) Pb, 2,5%(min) Extrato Eterio, 30%(max) Fdn, 13%(max) Umidade, 67%(min) Ndt; <b>EMBALADO EM SACOS 30 - 50 KG</b>	458111	KG	26.000	
10	<b>FENO PARA ANIMAIS, CAPIM TIFTON 85, ESVERDEADO, TEMPERATURA MENOR OU IGUAL A DO AMBIENTE</b> Feno para Animais; de Gramínea Tifton 85, Especificação Técnica: Com Quantidade de Folhas Superior a de Caules, Coloração Esverdeada; Na Apresentação Forragem Colhida Com Intervalo Entre Cortes de No Máximo 35 Dias; Livre de Mofo, Toxinas e Contaminantes; Não Deve Conter Substâncias Estranhas; Como Ervas Daninhas, plantas Tóxicas Ou Terra, de Cheiro Agradável, Com Umidade e Temperatura Menor Ou Igual a do Ambiente; Teor de Proteína Bruta Mínimo Não Inferior a 12%, teor de Ms Mínimo Não Inferior a 82%; Embalado Em Fardo com no mínimo 10kg; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Portaria Maara 301 de 19/04/96, Res Saa 10 de 19/04/02; <b>Obs.: O material entregue será utilizado para alimentação de animais em tratamento veterinário, portanto, devem possuir a umidade conforme solicitado na especificação</b>	453421	KG	14.500	
11	<b>MARAVALHA, PINUS ESPECIAL, OBTIDA DE MADEIRA INODORA (1 a 1,5mm – animal grande porte)</b> <b>Especificação Técnica:</b> Maravalha; de Pinus Especial, Obtida de Madeira Inodora; Na Cor Marfim; Em Lasca de Madeira Com Espessura de <b>No mínimo 1mm</b> ; Que Não Tenha Sofrido Prévio Tratamento Químico, Sem Contaminação e Não Sendo Oriunda de Carpintaria; <b>para Forragem de Baías para Animais de Grande Porte</b> ; Embalada Em Fardos; Contendo Entre 18 a 20 Quilos e de Acordo Com a Portaria Maara 301, 19/04/96 e Res. Saa 10, 19/04/02;	333519	KG	50.000	
12	<b>MARAVALHA, PINUS ESPECIAL, OBTIDA</b>	256915	Saco 5kg	375	

	<p><b>DE MADEIRA INODORA (0,5 mm – animal pequeno porte)</b> Especificação Técnica: Maravalha; de Pinus Especial, Obtida de Madeira Inodora; Na Cor Marfim; Em Lasca de Madeira Com Espessura de <b>No Máximo de 0,5mm</b>; Peneirada Estéril, Macia, Seca, Livre de Pó de Serragens; Que Não Tenha Sofrido Prévio Tratamento Químico, Sem Contaminação e Não Sendo Oriunda de Carpintaria, marcenarias, madeireiras; para Forragem de caixas de Animais de Laboratório (ratos e camundongos); Produto Esterilizado; Embalada em Sacos de Rafia; Duplamente Lacrado, contendo 5 quilos cada e de Acordo Com a Portaria Maara 301 ,19/04/96 e Res. Saa 10,19/04/02;</p>				
13	<p><b>RAÇÃO PELETIZADA PARA COELHOS</b> Especificação técnica: ração peletizada para coelhos. Níveis de garantia: Umidade (máx) 120g/kg (12%), Proteína Bruta (mín) 130g/kg (13%), Extrato Etéreo (mín) 30g/kg (3%), Matéria Fibrosa (máx) 180g/kg (18%), Fibra Detergente Ácido – FDA (máx) 243g/kg (24.3%), Matéria Mineral (máx) 130g/kg (13%), Cálcio (mín) 10g/kg (1%), Cálcio (máx) 25g/kg (2.5%), Fósforo (mín) 5000mg/kg (0.5%), Vitamina A (mín) 6400UI/kg, Vitamina D3 (mín) 1400UI/kg, Vitamina E (mín) 24UI/kg, Vitamina K3 (mín) 2.4mg/kg, Vitamina B1 (mín) 1mg/kg, Vitamina B2 (mín) 3.2mg/kg, Vitamina B3 (mín) 28mg/kg, Vitamina B5 (mín) 15mg/kg, Vitamina B6 (mín) 1.6mg/kg, Vitamina H (Vitamina B7, Biotina) (mín) 0.1mg/kg, Vitamina B9 (mín) 1mg/kg, Vitamina B12 (mín) 16mcg/kg, Cobre (mín) 3mg/kg, Ferro (mín) 40mg/kg, Iodo (mín) 0.4mg/kg, Manganês (mín) 50mg/kg, Selênio (mín) 0.3mg/kg, Zinco (mín) 20mg/kg. <b>EMBALAGEM: SACO 20 KG</b> <b>MARCA REFERÊNCIA: SUPRA COELHO AGRO PELETIZADA</b></p>	228089	SACO 20 kg	109	

## 2.2. Quantitativo estimado por unidade participante:

ITEM	FCAV	FMVZ	TOTAL
1	300	200	500
2	400	0	400
3	300	150	450
4	1.000	200	1.200
5	300	200	500
6	500	0	500

7	400	3000	3.400
8	480	0	480
9	16.000	10.000	26.000
10	120.000	25.000	145.000
11	50.000	0	50.000
12	325	50	375
13	109	0	109

- 2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo desta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão ou entidade gerenciadora será **FCAV/UNESP – Campus de Jaboticabal (UASG 102319)**.

- 3.2. Além do órgão ou entidade gerenciadora, são entidades participantes do registro de preços:

3.2.1. *FMVZ – Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia – UNESP – Câmpus de Botucatu (UASG 102312), Rua Prof. Dr. Walter Maurício Correa, s/nº, Distrito de Rubião Junior, Botucatu/SP, CEP 18.618-681, CNPJ nº 48.031.918/0020-97.*

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Não será admitida a adesão a esta ata de registro de preços, conforme justificativa apresentada no estudo técnico preliminar.

### 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de termo aditivo para prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, haverá quantitativo adicional [equivalente ao quantitativo originalmente registrado, de modo que, no período de vigência da prorrogação, poderá haver contratação de quantidade equivalente ao quantitativo originalmente registrado e da eventual quantidade ainda não contratada do quantitativo originalmente registrado].

5.1.2. A contratação decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e serão observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do instrumento da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

- 5.2. A formalização da contratação com os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços deverá ocorrer no prazo de validade deste instrumento.

- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 5.4. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos fornecedores registrados nesta ata.



- 5.5. O registro de fornecedores que esteja incluído nesta ata na forma de anexo - ao se verificar a existência de fornecedor(es) que tenha(m) aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário ou que tenha(m) mantido sua proposta original - consiste na formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. A habilitação dos fornecedores que compõe(m) o cadastro de reserva na hipótese a que se refere o item 5.5, será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação do(s) fornecedor(es) remanescente(s), por impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata, observada a disciplina estabelecida nesta ata e no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.
- 5.7. O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.
- 5.8. Caso se caracterize hipótese de impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata de que trata o item 5.6, observado o disposto no referido item, ficará facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, quando houver, na ordem de classificação, para contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.8.1. Na hipótese de nenhum dos fornecedores que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado nos termos da subdivisão acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1, poderá:
- 5.8.1.1. Convocar para negociação os fornecedores remanescentes que mantiveram sua proposta original, quando houver, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- 5.8.1.2. Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observado o disposto neste item 5 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.
- 5.10. No prazo de validade deste instrumento, o(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) não participará(ão) em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto, salvo na hipótese do inciso VIII do caput do art. 82 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), quando for o caso.

## 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do(s) item(ns) registrado(s), nas seguintes situações:
- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);



- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
- 6.2. É previsto reajustamento dos preços registrados nesta ata, observados os mesmos critérios estabelecidos no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 para o reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente.
- 6.2.1. Caso seja realizado reajustamento dos preços desta ata, somente caberá reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente se forem observados os requisitos especificados no respectivo instrumento, e for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do reajustamento dos preços desta ata. No caso de reajustamento(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos do último reajustamento.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

- 6.3. É vedado:
- a) efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços;

### **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

- 7.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado se tornar superior àquele praticado no mercado, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a sua redução.
- 7.1.1. Quando for exitosa a negociação a que alude a subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.1.2. O fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado.
- 7.1.2.1. Na hipótese prevista na subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 9.1.3.
- 7.1.2.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que alude a subdivisão acima, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 7.2. Quando o preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado, o fornecedor poderá requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, desde que observe os requisitos especificados no item 7.2.1.
- 7.2.1. O requerimento a que alude o item 7.2 deverá observar o disposto no item 6.1 e estar acompanhado de:

- a) prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento do compromisso registrado nesta ata;
  - b) documentação comprobatória da inviabilidade de manutenção do preço registrado.
- 7.2.2. Na hipótese de não comprovação dos requisitos especificados nos itens 7.2 e 7.2.1:
- a) o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora;
  - b) o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.2.3. Quando realizado o cancelamento do registro do fornecedor a que alude a alínea "b" do item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.6.
- 7.2.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações a que alude a subdivisão acima.
- 7.2.4. Quando forem comprovados os requisitos estabelecidos nos itens 7.2 e 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora:
- a) alterará o preço registrado, observados os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadores da inviabilidade de manutenção do preço inicial;
  - b) comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços, para eventual alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

## 8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços e, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, órgãos ou entidades não participantes, nas seguintes condições:
- a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
  - b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, hipótese em que serão observados os limites previstos no art. 86 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.2. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora somente autorizará o remanejamento solicitado que seja justificado pelo solicitante, se houver prévia anuência do fornecedor e do órgão ou entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

## 9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará o registro do fornecedor quando este:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) se recusar a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2; ou
- d) for apenado com sanção prevista no inciso III do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), aplicada no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, ou sanção prevista no inciso IV do caput do mesmo artigo.

9.1.1. Na hipótese a que alude a alínea "d" da subdivisão anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência desta ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas novas contratações derivadas desta ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9.1.3. Quando for cancelado o registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os fornecedores que compõem o cadastro de reserva, observados a ordem de classificação e o disposto no item 5.6.

9.1.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá, justificadamente, cancelar, total ou parcialmente, os preços registrados nesta ata de registro de preços:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, à vista de prova da ocorrência superveniente de caso fortuito ou força maior que impossibilitem o cumprimento do compromisso registrado; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos dos itens 7.1.2.1.1 e 7.2.3.1.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. As sanções cabíveis também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

10.2. É da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.3. É da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

- 10.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências de que trata o item 9.1.4, para a finalidade indicada nessa disposição.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1. Os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir nas condições estabelecidas, observado o disposto no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e neste instrumento.

- 11.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a celebrar contratações decorrentes desta ata de registro de preços, observando-se o disposto no item 5.9.

- 11.2. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada mediante a *emissão de nota de empenho*, cuja minuta integra como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

- 11.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo fornecedor para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, o órgão ou entidade interessada verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

- 11.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

- 11.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

- 11.2.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

- 11.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

- 11.2.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo fornecedor anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 ou na documentação que o integra como Anexo;

- 11.2.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o fornecedor com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

- 11.3. O fornecedor terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 11.3.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração;
- 11.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.
- 11.3.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica o reconhecimento pelo fornecedor:
  - 11.3.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
  - 11.3.3.2. de que está vinculado às previsões contidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e seus Anexos e à sua proposta;
  - 11.3.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;
  - 11.3.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;
  - 11.3.3.5. dos direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;
  - 11.3.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;
  - 11.3.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.4. As demais condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo(a) representante do órgão ou entidade gerenciadora e pelo(as) representante(s) do(s) fornecedor(es) registrado(s), e por testemunhas, todos abaixo identificados, *encaminhando-se cópia ao(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) mencionado(s) no item 3.2.*

Jaboticabal, data.

(Assinaturas)

Representante legal do órgão gerenciador

Representante legal do fornecedor registrado

TESTEMUNHAS:

1-

2-



**ANEXO - CADASTRO DE RESERVA**

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar o(s) item(ns) com preços iguais aos do adjudicatário:

Fornecedor: \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

Item	Especificação	Marca (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Modelo (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Unidade	Quantidade máxima a ser cotada	Quantidade mínima a ser cotada	Valor Un	Prazo de garantia ou validade (se aplicável conforme Edital/ Aviso)

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor: \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

Item	Especificação	Marca (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Modelo (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Unidade	Quantidade máxima a ser cotada	Quantidade mínima a ser cotada	Valor Un	Prazo de garantia ou validade (se aplicável conforme Edital/ Aviso)